

## A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA O CORPO DA MULHER TRANSEXUAL

Wesper Martins Alamino Júnior<sup>1</sup>  
Hellen Dutra Ferreira<sup>2</sup>  
Thamyres Bandoli Tavares Vargas<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda a problemática da violência sofrida por mulheres transexuais ao longo da história, elucidando os contextos e formas os quais se apresentam desde o início da constituição da sociedade, se consolidando e se propagando até os dias atuais, tornando-se assim algo natural. Tal naturalização da violência produz impactos na saúde física e mental desta população, deixando marcas negativas em suas vidas. A transexualidade ainda hoje passa pelo processo de despatologização, desconstruindo essa violência que por séculos a sociedade difundiu. A psicologia faz-se grande aliada nesse processo, gerando mudanças na legislação e na transformação de conceitos afim de romper com o preconceito contra essa população que ainda hoje é marginalizada e segregada. A discussão sobre o assunto aqui levantado escorou-se na análise de conteúdos literários disponibilizados por variados autores, que contribuíram para o melhor entendimento acerca da temática. Partindo do pressuposto de que essas mulheres estão em sofrimento diário, os autores pretendem através desta discussão contribuir com a desconstrução social do preconceito que estabelece tal sofrimento e com a inclusão dessa população que ainda se vê à margem da sociedade. Viabilizando assim, a meditação sobre o papel social e cultural da sociedade frente a narrativa.

1795

**Palavras-chave:** Transexualidade. Violência. Preconceito. Gênero.

**ABSTRACT:** The article addresses the issue of violence suffered by transsexual women throughout history, elucidating the contexts and forms that have existed since the beginning of the constitution of society, consolidating and spreading to the present day, thus becoming something natural. This naturalization of violence impacts the physical and mental health of this population, leaving negative marks on their lives. Transsexuality still goes through the process of depathologization today, deconstructing this violence that society has disseminated for centuries. Psychology is a great ally in this process, generating changes in legislation and the transformation of concepts in order to break with prejudice against this population that is still marginalized and segregated today. The discussion on the subject raised here was supported by the analysis of literary content made available by various authors, which contributed to a better understanding of the topic. Based on the assumption that these women are in daily suffering, the authors intend, through this discussion, to contribute to the social deconstruction of the prejudice that establishes such suffering and to the inclusion of this population that still sees itself on the margins of society. Enabling meditation on the social and cultural role of society in relation to the narrative.

**Keywords:** Transsexuality. Violence. Prejudice. Gender.

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de psicologia UniRedentor/AFYA.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de psicologia UniRedentor/AFYA;

<sup>3</sup> Mestra em Ensino; Psicóloga; Universidade Federal Fluminense; Docente do curso de Psicologia UniRedentor/Afya.

## INTRODUÇÃO

A transexualidade vem ganhando espaço enquanto pauta de discussões científicas nos últimos anos, devido a sua notoriedade e relevância, adquirida através de longos processos de luta e movimentos sociais. O tema se consolida em diversos aspectos na contemporaneidade, exigindo novas perspectivas e direcionamentos.

É correto dizer que durante a história, esse público vem sofrendo violências explícitas e implícitas, em toda a esfera social. A privação de direitos; de participação em espaços sociais; de oportunidades na ascensão social; são realidades vivenciadas cotidianamente por essa parcela da sociedade (Bento; Pelúcio, 2012). Essa forma violenta reflete a grande rejeição do modelo de sociedade vigente, respaldado em imposições coletivas e individuais de aceitação.

Segundo Maria Helena Fávero (2012), a relação constitutiva do gênero na esfera social, suas atribuições, funções e representações no imaginário, se articulam diretamente com a transexualidade, uma vez que essa identificação é diretamente ligada ao gênero e suas manifestações expressivas. Sendo assim, o assunto estende às mulheres transexuais, se fazendo também entender a relação entre a feminilidade e o gênero nesse processo de constituição. Além disso, cabe destacar a relação contraditória entre o corpo trans enquanto parte do social. As vivências e as representações advindas do meio sociocultural se tornam processos fundamentais para o entendimento de tais realidades, bem como de gerar reflexões sobre o público na cultura.

A violência, aparece enquanto consequência de tais processos, sendo naturalizada no discurso e na cultura, justificada por idealismos segregadores. É elaborada como parte de um discurso, que permeia e incentiva sua permanência e naturalização dentro do contexto social. A explicitação das formas com as quais essa violência se estabelece sistemicamente no contexto social, permite novas possibilidades de reconstrução e reestruturação do social (Tenório; Prado, 2016).

Para Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013), apesar dos avanços nas políticas públicas e nos diversos movimentos sociais de resistência, que visam a sanção das diversas formas de violação atribuídas ao público, os desafios ainda se perpetuam. A violência se faz presente no discurso e nas mais diversas áreas sociais, tornando o processo de luta contínuo. Assim, o tema se faz contemporâneo e recorrente, devendo ser passado adiante, visando a desconstrução desse histórico de violência.

Deste modo, o presente texto objetiva descrever o processo de naturalização da

violência contra mulheres transexuais, articulando as questões com os autores selecionados, priorizando a diversidade autoral e a flexibilidade, a fim de propor reflexões e debates construtivos no olhar sobre a problemática, entendendo sua resolutividade enquanto delicada e gradual. Além disso, tem como objetivos específicos: Descrever o processo de processo de construção histórico-cultural da conceituação de gênero enquanto pauta social; Discutir sobre a questão da patologização da pessoa trans; Exemplificar as formas e contextos nos quais essas violações ocorrem; explicitar a relação entre violência e corpo e; delinear novas possibilidades de luta contra tal problemática; Acredita-se que, deste modo, haja um maior reconhecimento nas oportunidades, que visem aumentar a visibilidade da luta mediante os desafios enfrentados por tal público.

## METODOLOGIA

O presente projeto foi desenvolvido através de uma revisão de literatura narrativa, pautada na seleção e pesquisa de materiais científicos de garantia, que obtivessem amplo material pertinente para o tema, a ser discorrido de maneira específica, considerando também a extensão e renovação deste reservatório narrativo. Foram selecionados materiais de duas base de dados, considerados pelos autores relevantes para a formação acadêmica dos mesmos, bem como pelo grande arsenal de materiais disponibilizados, sendo estes os endereços eletrônicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Google Acadêmico. Essas fontes têm por garantia a preservação do caráter científico das obras publicadas. O conteúdo foi revisado e passado por um processo de triagem, respeitando os critérios de seleção, coerência e relevância para o desenvolvimento do projeto.

1797

Foram revisados cerca de 15 artigos, selecionados a partir de palavras-chave “gênero”, “violência”, “transexualidade”, “machismo” “sociedade”. A pesquisa foi feita de forma extensa levando em consideração a participação de variados autores que abordam os assuntos que permeiam a temática, a fim de corroborar para a consistência da narrativa através de múltiplos olhares.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### Gênero e cultura

Para que haja uma maior compreensão sobre as questões ligadas à transexualidade se torna importante abordar a construção histórico-cultural da conceituação de gênero enquanto pauta social. Para Maria Helena Fávero (2012), as relações que se estabelecem dentro do modelo cultural em torno do termo e de suas representações, explicam a normalização e a permanência sistêmica de tal público dentro do contexto da problemática

da violência.

Quando uma vida está sendo gerada dentro de um ventre, é por volta da quinta semana que ocorre a diferenciação sexual, iniciando a formação de ovários ou testículos no feto. Tal processo biológico definia se a criança que estava por vir seria do sexo masculino ou feminino. A noção de gênero ganha espaço através do olhar médico por volta dos anos 50, sendo pauta de debate clínico devido à possibilidade de mudança de órgão de bebês que não poderiam ser classificados como masculinos ou femininos, mediante as falhas hormonais, ou biológicas (Lattanzio; Ribeiro, 2018).

Porém, o conceito de gênero, tal qual conhecemos hoje, é introduzido no âmbito social a partir dos anos 70; Movimentos feministas que buscaram desnaturalizar o gênero, trazendo como premissa o gênero como algo separado da genitália, uma vez que a genitália é formada biologicamente e o gênero culturalmente. O gênero passa então a ser visto como algo distinto de sexo, rejeitando o determinismo biológico implícito na categorização sexual (Carvalho; Carrara, 2013).

Desde os primórdios a sociedade teve a figura do homem como símbolo de força, proteção e poder. Já a mulher seria a responsável por cuidar da casa, gerar os filhos e educá-los. Sendo assim, o homem naturalmente ocupava uma posição de maior importância na sociedade, a razão; e a mulher é vista como o sexo frágil, a emoção. Um indivíduo ao ser inserido em uma sociedade passa a ter os princípios dela permeando sua vida, portanto, a reprodução daquilo que tal sociedade prega passa a ser algo natural, tornando o patriarcado algo naturalizado e enraizado até os dias de hoje (Fávero, 2012).

Além disso, a cultura exerce um papel fundamental nesse processo de definição e estipulação da sexualidade, norteando valores que emergem do gênero enquanto consequência social. Por isso, anteriormente ao nascimento e à própria existência individual, já se estabelece normas pautadas sobre os papéis de gênero dentro da estrutura social.

As construções do que se entende por família, como vínculos primordiais, depositam através das gerações seus ideais de identidade sexual, pondo à mercê de suas expectativas a própria constituição subjetiva individual. Por isso, Lattanzio e Ribeiro (2018) trazem o papel familiar como sendo também crucial na constituição da sexualidade, uma vez que exercem poder nos processos de constituição daquele sujeito em formação.

Ao se abordar a subjetividade nessa nova perspectiva de gênero, não se pode entendê-la apenas como uma constituição individual do sujeito, uma vez que este está inserido em um contexto. Os processos subjetivos, bem como a identidade, vão ser norteados por uma

série de intervenções externas. Por isso, os papéis atribuídos aos gêneros, são formas sociais de validação e inserção dentro de uma determinada cultura e sociedade. Essa forma enraizada de pertencimento social é fruto de um arsenal histórico fundamentado na exclusão e violência de grupos não aceitos dentro de uma determinada norma, perpetuando aquilo que se aceita, e o que deve ser erradicado no meio social (Lattanzio; Ribeiro, 2018).

### **Desconstrução patológica**

Assim a compreensão da História da loucura (Foucault, 1961), nos ajuda entender os processos de exclusão em curso com a população transgênero e transexual. O louco era patologizado por não suprir expectativas do considerado normal, sendo privado da sociedade. Deste mesmo modo, ocorre com o público aqui abordado, pois são expostos a cenários de marginalização e de privação de direitos, devido à violência e intolerância constituída social e culturalmente. Essa lógica de exclusão se faz presente em diversos acontecimentos históricos, perpetuando a violência de forma estruturada como parte de um sistema intolerante (Bento; Pelúcio, 2012).

O processo de patologização ocorre por uma atribuição do corpo como objeção. A ciência no século XX passou a entender que a questão transexual se dava na relação com a genitália, por isso apontava as cirurgias de redesignação de sexo como a única forma terapêutica. Harry Benjamin, um dos pioneiros a estudar sobre a transgeneridade, atribui o termo “transexuais de verdade” aos transexuais que desejavam as cirurgias. Para ele, ao contrário do que pensava a psicologia da época, não haveria funcionalidade na psicoterapia para essas pessoas, pois essa “enfermidade” só passaria se houvesse as cirurgias. A transgeneridade foi considerada e reconhecida como um transtorno de gênero, uma disforia. Esse entendimento patologizante exigia um diagnóstico, que reforçava ainda mais a ideia de transtorno (Bento; Pelúcio, 2012).

Essa associação da identidade trans como um transtorno de gênero, parte de um desajuste sexual, incita a violência em cenários de prostituição. Pois, fomenta a crença de que a prostituição seria parte da manifestação do transtorno, não sendo uma concebida como alternativa (em muitos casos como única) de sobrevivência. A violência policial no Brasil em locais de prostituição norteou grande parte dos movimentos de união desses grupos, pois não se existia o entendimento da problemática enquanto uma questão de estrutura social (Carrara; Carvalho, 2013).

Os grandes surtos de AIDS e HIV no Brasil, colaboraram para que esse público fosse

ainda mais entendido como sinônimo de doente, uma vez que eram associados à transmissão dessas doenças. A exposição aos riscos, contração e transmissão das doenças constitui parte da realidade trans, uma vez que não são amparadas por recursos de saúde. “Assim, o binômio violência policial/AIDS foi a pedra fundamental da constituição do movimento que, com o passar dos anos, incorporaria progressivamente outras bandeiras de luta” (Carrara; Carvalho, 2013).

Os movimentos de luta se intensificaram desde a época da ditadura militar, com a volta da democracia. A forma repressiva do militarismo eclodiu diversos movimentos de politização no território brasileiro, principalmente na reivindicação de direitos de minorias sociais marginalizadas. Foi neste período que diversos movimentos LGBT, que abarcavam a luta de transexuais e travestis, começaram a ganhar notoriedade e popularidade (Ferreira; Sacramento, 2019).

Os movimentos sociais de grupos marginalizados retomam sua força na pós-ditadura no final da década de 70, principalmente na busca de reestabelecer políticas voltadas para a cidadania e para a liberdade. Veículos de comunicação começam a incluir como forma de afronta a censura, temas LGBT em suas programações, tornando o que era vetado, em algo explícito (Ferreira; Sacramento, 2019).

O caráter de um inaceitável social depositado neste público transcende sua existência, de modo a persistir durante todos os anos, continuamente. O alvo estampado diante desses corpos, mantém uma estrutura violenta de sociedade em funcionamento. Existe no imaginário social, gêneros, identidades sexuais, raças e povos mais aceitos que outros. A forma de ocupação de lugares é construída de forma excludente, por isso a problemática se torna digna de resistência. Resistir, nesse contexto, é sobreviver a este sistema (Cabral, 2016).

### **Legislação e inclusão**

A privação de direitos por parte desse público se torna alvo de discussões no âmbito social após esses movimentos. Fenômenos como a falta de educação e acesso aos direitos básicos, começam a ser entendidos como parte do direito de todos. A Constituição Federal de 1988 busca, em tese, combater as formas de desigualdades e de privação de direitos. O Art. 5º concerne: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (Brasil, 2007).

Porém, as políticas públicas precisaram ser mais direcionadas, principalmente diante de quadros de marginalizações. Dizer que todos têm direitos iguais é equiparar a uma igualdade utópica. Não há como haver igualdade frente a uma população desigual. A Constituição não direcionava ou citava os termos de “orientação sexual” ou “identidade de gênero” (Canabarro, 2013).

Por isso, é correto dizer que a prática das consolidações dessas políticas estipuladas ainda são pouco concretizadas, uma vez que o cenário de desigualdade ainda se faz presente. Em 1990, três estados e 72 cidades brasileiras incluíram leis de proibição da discriminação por orientação afetivo-sexual nas Leis Orgânicas municipais. Porém, nenhuma punição após as leis foram aplicadas (Canabarro, 2013).

Os movimentos de resistência se tornam cada vez mais precisos, pois o que anteriormente poderia ser visto como uma falta apenas de direitos políticos,

passa a ser entendida como algo muito mais sistêmico e perpétuo. A partir disso, os grupos de militância transexual e travestis, bem como de outros grupos marginalizados pela orientação sexual, foram crescendo e se popularizando, tendo a década de 90 como um marco positivo nessa luta. Foi em 1992 o surgimento da Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL), fundado através de um grupo de travestis que se prostituía em pontos do Rio de Janeiro, em prol do combate à violência policial vivenciada por elas. Esta foi a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo (Carrara; Carvalho, 2013).

1801

O sucesso nas ações ao nível estadual do ASTRAL, contando com apoios da luta contra a AIDS e o HIV, levou com que em 1993 houvesse o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, posteriormente chamado de ENTLAIDS, com o slogan “Cidadania não tem roupa certa”, contando com 95 participantes de cinco estados nacionais. Esse encontro gerou outras associações de travestis em demais estados do país, que visava também a luta contra doenças sexualmente transmissíveis e contra a violência policial sofrida nos âmbitos de prostituição (Carrara; Carvalho, 2013).

Em 1995 é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), possibilitando a estipulação de uma rede a território nacional com intuito de reivindicar direitos dessa população até o Governo Federal, além de contribuir para a organização das entidades do movimento por todos os estados do país. Além disso, em 1997 ocorreu a primeira parada do Orgulho Gay em São Paulo, reunindo em torno de duas mil pessoas (Canabarro, 2013).

Em 1999 houve um grande marco na despatologização da população Transexual e LGBT, em geral, no qual o Conselho de Psicologia aprovou a proibição da terapia visando a cura dessas pessoas através de uma resolução proposta (Canabarro, 2013).

Somente no final de 2000 é fundado na cidade de Curitiba a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), proposta como organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais, contando com mais de 80 organizações afiliadas. Esses recortes quanto a luta transexual e travesti são importantes para focalizar em demandas específicas do público, tendo seu papel importante na diferenciação das demais nomenclaturas da sigla LGBT (Carrara; Carvalho, 2013).

Essas contribuições marcam uma grande virada na forma de entender a vida LGBT no Brasil, tendo em vista os cenários vividos na época. Porém, como já exposto, ainda há diversos fatores que se configuram como potencializadores para a perpetuação das violências ao longo dos anos. A patologização, a violência e a privação de direitos vêm acompanhados de ideais morais construídos na cultura e nos indivíduos que habitam nela. Por isso existe uma resistência na continuação da violência. O corpo de pessoas LGBT, principalmente transexuais e travestis, como se aborda aqui, são acompanhados de imoralidades impostas simplesmente em suas existências. Fatores como os já citados, seguidos por valores religiosos, imposições morais, que norteiam boa parte da população, impactam diretamente na tendenciosidade por trás da por entendimento dessas pessoas. Patologizar, privar, esconder, são meios de manter esses indivíduos em posição de anormalidade, como isentos de um perfil apto a viver no social (Cabral, 2016).

1802

Como já exposto, apesar dos movimentos sociais buscarem por direitos durante várias décadas, somente na 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) a transexualidade passa a não ser mais considerada como patologia. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a transexualidade ocupou a categoria de transtorno mental durante 28 anos, porém na nova CID-11 passa a ser categorizada como ‘condições relacionadas à saúde sexual’ e é classificada como ‘incongruência de gênero’ A CID-11 passou a vigorar ao nível global em janeiro de 2022, substituindo a versão anterior que já perdurava desde 1990 (Canabarro, 2013).

Essa mudança abre espaço para que a aceitação seja trabalhada de forma cada vez mais real e coerente. Uma vez que, a patologização da transexualidade, levou a sociedade a entendê-la como um transtorno mental, corroborando com a geração de preconceito não só em ambientes socioculturais, mas também dentro dos próprios lares desses indivíduos, com



grandes chances de começar a conviver com o preconceito desde a infância, através da não aceitação e repreensão familiar.

A patologização produzida historicamente pelas ciências sobre as experiências de transidentidades revela muito mais o lugar da hierarquia dos saberes e seu apego ao campo normativo hegemônico do que propriamente algum conhecimento sobre as próprias experiências das pessoas trans (Tenório; Prado, 2016, P.42).

Tendo em vista que só no início 2022 a transexualidade deixa de ser considerada pela Organização Mundial de saúde (OMS) como doença mental, fica evidente que esses indivíduos se encontram à margem da sociedade, travando batalhas cotidianas para que um dia essa não seja mais a realidade enfrentada pelas pessoas transexuais. Apesar dos avanços já alcançados, a transfobia ainda se encontra enraizada na sociedade, através das mais diversas formas de violência (Bento; Pelúcio, 2012).

A cada 10 assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil. Por ocasião do dia internacional da memória trans, no dia 20 de novembro de 2021, a equipe do TvT- Transrespect versus Transphobia World Wide publicou os resultados do Observatório de pessoas trans assassinadas no mundo. O projeto de pesquisa Trans Murder Monitoring (TMM) monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatórios de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo. Desde o início do levantamento, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo. Do total de 4.042 assassinatos catalogados pela TGEU, 1.549 foram no Brasil. Ou seja, sozinho, o país acumula 38,2% de todas as mortes de pessoas trans do mundo. A atualização de 2021 revelou ainda o total de 375 casos reportados de pessoas trans em 74 países em todo o mundo, entre 1 de outubro de 2020 e 30 de setembro de 2021. O Brasil permanece como o país que mais assassinou pessoas trans do mundo neste período, com 125 mortes, seguido do México (65) e Estados Unidos (53) (ANTRA, 2021).

### **Prostituição, ódio e prazer**

Os fatores que corroboram com a negligência na vida transexual e travesti são diretamente afetados pelas condições de ocupação de espaços que deveriam lhes ser garantidos por direito básico. Por isso, há uma prevalência dessas pessoas em situação de vulnerabilidade. A não aceitação desse público nos mais diversos espaços faz com que haja uma busca arriscada por sobrevivência, através de exposições a riscos de saúde e violência (Tenório; Prado, 2016).

Os cenários de prostituição são atravessados por vivências trans e travestis. Em dados do ANTRA (2018), cerca de 90% desse público se encontram na prostituição em alguma fase da vida. “Além disso, há outros fatores que dificultam o acesso dessas pessoas aos espaços de educação e trabalho formal, com a condição de vulnerabilidade social marcada pelo estigma e vínculos familiares fragilizados” (Câmara, 2021).

Segundo César, Santos e Silva (2019), a relação entre a sociedade e a prostituição de

peças trans e travesti se constitui numa relação um tanto quanto contraditória. A mesma sociedade que oprime, adoce, criminaliza e violenta esses corpos, contratam seus serviços sexuais a fim de prazer. Essa relação ódio-prazer só mostra a fragilidade ocupada por essa população, pois para garantirem sobrevivência, precisam se submeter ao prazer e o ódio dessa estrutura social. Assim:

[...] as trajetórias de vida das pessoas são marcadas por tentativas de adequação. Para Butler (2007), a não aceitação vai se manifestar nos códigos de inteligibilidade. Ou seja, para grande parte das pessoas, os corpos trans não deveriam existir, pois “fogem” da normalidade. Contraditoriamente, segundo alguns sites pornográficos como o Redtube e o Pornhub, o Brasil é o país que mais procura pornografia na categoria trans; o quarto tópico mais buscado é o termo “shemale” (Câmara, 2021).

A relação ódio-prazer se constitui de forma dicotômica, trazendo grandes reflexões sobre o corpo e a vivência transexual e travesti no contexto social, bem como sobre a constituição da violência dirigida à essas pessoas.

Como já exposto, o tema circula questões importantes quanto às vivências de transgeneridade e travestilidade dentro do contexto cultural. As formas de violência e negligência enfrentadas por essas pessoas permeiam a história, tornando as lutas por direitos e a própria existência subjetiva desse público como parte da resistência. O surgimento de movimentos de protesto a fim da revolução contra as diversas formas de repressão se tornam cada vez mais marcantes ao longo da história. Por isso, traçar parte desse viés histórico se torna fundamental para entender a importância desses atos de luta, bem como as conquistas políticas alcançadas.

As reflexões feitas a respeito do corpo trans e sua posição de refém de uma definição social, posta diante de uma gama de preconceitos, explica a não ocupação em locais que deveriam ser de direito. A permanência e a segregação feita na cultura, reflete no mantimento da problemática, não podendo esta ser resolvida. Atribuir ao pecado, à doença, ao que deve ser anulado, como um erro social e subjetivo, normatiza a violência. Afinal, existe um grande histórico mundial na tentativa de aniquilação daqueles que não são considerados normais dentro de uma determinada sociedade.

Além disso, apesar de todo esse ódio atrelado ao corpo, às vestimentas e a performance desse público, existe uma relação de prazer. Pessoas que são negadas em instituições normativas, sendo expostas à falta de oportunidade de trabalho e à miséria, conseguem se manter em grande peso no mercado da prostituição, precisam ser alvo de bastante desejo. Por isso, existe tamanha complexidade nessa dicotomia. Esse ódio aferido ao público abordado, refletido nas formas de negligências sistematizadas, seria uma não

aceitação do prazer gerados por esses corpos? Ou seria o contrário? Essas reflexões se tornam necessárias. Pois o prazer acompanha o ódio nesse contexto, abrindo diversas formas de entender o problema.

A crueldade do sistema social expõe transexuais e travestis a diversas formas de violência dentro e fora do meio da prostituição, expondo-as a violência sexual, física, psicológica e moral. Excluem e tornam elas refém de condições desumanas, mas, ao mesmo tempo, continuam consumindo e alimentando tal garantia de sustento, criando um lugar específico de permanência do papel social e cultural dessas pessoas.

Deste modo, a resistência se constitui principalmente em furar esse sistema, tornando possível a ocupação dessas pessoas em lugares anteriormente não pensados para elas. Por isso, descriminalizar e despatologizar se torna fundamental nesse processo, pois visa a retirada delas de um lugar que a cultura as colocou.

Esses fatores impactam diretamente na construção subjetiva desses indivíduos. Como já exposto, o processo de subjetividade é composto por diversos fatores externos, já preestabelecidos anterior ao nascimento. Por isso, carregar a nomenclatura “transexual” ou “travesti” vem acompanhado de uma série de estigmas socioculturais já formados. O ideal da prostituição, das doenças e da não aceitação social desse público, já é fator suficiente para abalar estruturas familiares e nortear o futuro desses indivíduos, como algo já previsto. Existem papéis na sociedade já acompanhados de scripts a serem seguidos, é esse o caráter sistêmico e prevalente da violência contra grupos minoritários.

Sendo assim é imprescindível a necessidade da reflexão diária sobre a realidade atual de pessoas transexuais e travestis, uma vez que para que se ocorram mudanças, faz-se necessário um olhar acolhedor no meio sociocultural para com as problemáticas que permeia essa população. Deste modo, entender o funcionamento da construção da imagem dessas mulheres e os impactos diretos e indiretos em suas vidas, se torna urgente e de interesse de qualquer área científica ligada ao social.

## REFERÊNCIAS

ANTRA. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022- web.pdf>  
BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 569–581, 1 ago. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrj/abstract/?lang=pt>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88\\_EC85.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf).  
CABRAL, J. R. **Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil**. Revista Periódicus, v. 1, n. 4, p. 127, 17 jan. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/15428>. CÂMARA, A. B. P. **“Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis**. Humanidades em Perspectivas, v. 5, n. 10, p. 48–62, 30 abr. 2021. Disponível em:

<https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1401>.  
CANABARRO, R. **HISTÓRIA E DIREITOS SEXUAIS NO BRASIL: O MOVIMENTO LGBT E A DISCUSSÃO SOBRE A CIDADANIA**. [s.l.: s.n.]. Disponível em:  
<https://venlibre.com.br/wpcontent/uploads/2021/06/historiaedireitoscanabarro.pdf>.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. **Em direito a um futuro trans? contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 14, p. 319–351, ago. 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/?format=pdf&lang=pt>.

CÉSAR, M. R. A.; SANTOS, D. B. C.; SILVA, A. **Narrativas trans: docência e prostituição**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 4, n. 11, p. 573– 589, 20 jun. 2019.

FÁVERO, M. H. **A construção social do gênero**. UFPR, Curitiba. 2012. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ref/a/VfkdKsJcXnxsrLNHN7nW7mq/>

FERREIRA, V.; SACRAMENTO, I. **Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 13, n. 2, 28 jun. 2019. Disponível em:  
<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1826>.

LATTANZIO, F. F.; RIBEIRO, P. C. **Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero**. Scielo, Psic. Rio de Janeiro v. 30, n. 3, p. 409–425, [s.d.]. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000300002&lng=pt&nrm=iso)

[56652018000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652018000300002&lng=pt&nrm=iso).

TENORIO, L. F. P.; PRADO M. A. M. **As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma**. Periódicus, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/17175/11332>.